



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

268

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0238390-4 – IGARASSU/PE

AGRAVANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Advogado: Paulo Henrique Magalhães Barros PE015131

AGRAVADO: ROMÊNIA CUNHA DE OLIVEIRA SOARES

Advogado: Adriano José Gomes da Silva PE016944

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO:

EMENTA – APELAÇÃO INTEMPESTIVA. PROTOCOLO NOS CORREIOS. DESCUMPRIMENTO DO HORÁRIO FORENSE. INTELIGÊNCIA DA RESOLUÇÃO Nº 156/01 DO TJPE. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO HÁBIL A JUSTIFICAR MODIFICAÇÃO DO JULGADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1 – Ainda que o recurso tenha sido protocolado em uma agência dos Correios, deve ser obedecido o horário de funcionamento do fórum, o que não ocorreu *in casu*, restando caracterizada sua intempestividade.

2 – Aplica-se o disposto na Resolução nº 156/01 do TJPE, cujo intuito é evitar o deslocamento do patrono de uma comarca para outra, garantindo sua faculdade de, convenientemente, realizar o protocolo em agência dos Correios mais próxima, não havendo, no entanto, absolutamente nada que valide o descumprimento do horário forense.

3 – Ao que parece, o causídico da apelante pretendia obter não só o legítimo benefício concedido pela Resolução nº 156/01, no sentido de ser autorizado a protocolar o recurso em agência dos Correios de Igarassu, mas também o privilégio injustificado de fazê-lo em horário diferenciado, mais extenso, e, portanto, posterior ao limite de funcionamento do fórum, trazendo para tanto a insustentável tese de que, por se encontrar em comarca diversa, “o que vale, neste caso, é o horário de funcionamento da agência dos correios”.

4 – O entendimento deste TJPE não admite a prática desvirtuada da norma, a qual em nada sugere que o patrono que possuir escritório em comarca diversa daquela onde se encontra o Fórum ou o Tribunal pode gozar da prerrogativa de descumprir o horário de expediente forense, restando assentado, ao



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

contrário, que tal possibilidade não existe de maneira alguma, afastando-se o argumento da recorrente.


5 – Diante da impugnação do *decisum*, a matéria foi satisfatoriamente apreciada e, uma vez que o presente recurso não apresentou qualquer elemento hábil a justificar o atendimento do pedido formulado, de ser mantida a decisão vergastada.

6 – Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo na Apelação nº 0238390-4, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 28 de Maio de 2014.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0238390-4 – IGARASSU/PE

AGRAVANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Advogado: Paulo Henrique Magalhães Barros PE015131

AGRAVADO: ROMÊNIA CUNHA DE OLIVEIRA SOARES

Advogado: Adriano José Gomes da Silva PE016944

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO


Trata-se de recurso de agravo interposto em face da decisão terminativa de fls. 250/251, por meio da qual foi negado seguimento ao recurso de apelação em referência, sob o fundamento de intempestividade, com base no Art. 557, *caput*, do CPC.

A recorrente defende a tempestividade do apelo em referência, afirmando que, embora o recurso tenha sido protocolado após o expediente forense, trata-se, segundo afirma, de caso em que o causídico da parte recorrente possui escritório em comarca distinta daquele em que se localiza o Tribunal, valendo nesta situação, o horário de funcionamento dos Correios, com o fito de facilitar o trabalho do profissional. Invoca o Art. 8º da Resolução nº 156/2001 do TJPE e, por fim, requer a reconsideração do entendimento anterior ou a apreciação colegiada do agravo para que se autorize o regular processamento do apelo.

É o breve relatório.

Tratando-se de feito que não depende de inclusão em pauta, apresento à mesa para julgamento.

Recife, 28 de maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO NA APELAÇÃO Nº 0238390-4 – IGARASSU/PE

AGRAVANTE: CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Advogado: Paulo Henrique Magalhães Barros PE015131

AGRAVADO: ROMÊNIA CUNHA DE OLIVEIRA SOARES

Advogado: Adriano José Gomes da Silva PE016944

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

A decisão terminativa ora agravada (fls. 250/251) foi proferida nos seguintes termos:

Importante destacar, desde logo, que o presente recurso foi protocolado via Correios, às 17:54:22 do dia 26/11/2008 (último dia do prazo legal), porém, **fora do horário de funcionamento do fórum**, restando consubstanciada a sua intempestividade, tal como suscitado pela apelada em sede de preliminar.

De se registrar que tal situação já foi analisada no presente feito, nos autos de medida cautelar preparatória (nº 0002105-33.2005.8.17.0710) cuja sentença foi igualmente atacada por recurso de apelação interposto pela CELPE (nº 0188585-6), e também protocolado via EBCT - Empresa Brasileira e Correios e Telégrafos, tendo sido distribuído para a relatoria do Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos, que assim se pronunciou:

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE interpôs seu recurso através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, porém não observou o prazo correto para fazer valer seu direito recursal.

A Resolução 167 de 12/08/2004, art. 4º é expresso quanto à necessidade da informação da data e hora do recebimento, in verbis:

"Art. 4º- É indispensável que o recibo eletrônico de postagem seja colado no verso da primeira lauda do documento, com informações da data e hora do recebimento, do código e nome da agência recebedora e do funcionário atendente."

Ora, a norma não prevê exigências desnecessárias, obviamente a consignação da hora servirá para ser configurada a interposição dentro do horário correto de funcionamento do Fórum de origem.

Outrossim, torna-se essencial para segurança jurídica a prática dos atos processuais dentro dos parâmetros restritos estabelecidos, não só pelo CPC como por lei de organização judiciária local.

O recurso foi interposto para Ação que tramita na Comarca de Igarassu e verifico que o horário de funcionamento forense se realiza entre 07h e 13h, desde 01 de janeiro de 2005. Imaginemos que a parte interpusesse o



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

recurso no próprio Fórum, o prazo limite seria até às 13h de seu último dia de prazo recursal. A contrário sensu, jamais há que se aceitar a prática de ato extemporâneo, sob o argumento de seu envio pelos Correios.

Entendo ser clara a intempestividade recursal, pois foram interpostos os apelos, contra a sentença da Medida Cautelar e a sentença da Ação de Reparação por Danos Morais, respectivamente, às 17h54 e 17h59 (fls. 118v e 207v).

Ademais este Tribunal já se posicionou claramente sobre tal intempestividade, in verbis:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. APELAÇÃO APRESENTADA NA AGÊNCIA DOS CORREIOS. RESPEITO AO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO FÓRUM. RECURSO APRESENTADO FORA DO HORÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART 5º DA RESOLUÇÃO 156, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2001, DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1- O recurso, mesmo que apresentado em uma Agência dos Correios, deve obedecer ao horário de funcionamento do fórum. 2- O convênio que este Tribunal mantém com a Empresa de Correios e Telégrafos foi firmado para dar maior comodidade aos advogados, mas isso não significa que os causídicos não devam respeitar os horários de funcionamento do protocolo do fórum onde a petição deveria ter sido apresentada. 3- Neste sentido, o art. 5º da Resolução 156 deste Tribunal de Justiça dispõe que a data da postagem tem, no âmbito do Judiciário estadual, a mesma validade que o protocolo oficial para fins de contagem de prazo judicial. 4- Recurso de agravo não provido à unanimidade.". À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo. (Agravo 0139049-4/01, Rel. Des. João Bosco Gouveia De Melo, 7ª Câmara Cível, Julgado em 19/06/2007).

Ante o exposto, mantenho a sentença do juízo a quo em todos os seus termos [...]

Veja-se que a recorrente busca justificar a tempestividade do recurso ao argumento de que o mesmo "foi protocolado em agência dos correios de comarca diversa, e não na mesma comarca, o que acarretaria a intempestividade".

Ora, se o intuito da Resolução nº 156/01 do TJPE é evitar o deslocamento do patrono de uma comarca para outra, garantida está a sua faculdade de, convenientemente, realizar o protocolo em agência dos Correios mais próxima, não havendo, no entanto, absolutamente nada que valide o descumprimento do horário forense.

Ao que parece, o causídico da apelante pretendia obter não só o legítimo benefício concedido pela Resolução nº 156/01, no sentido de ser autorizado a protocolar o recurso em



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

271

1

agencia dos Correios de Igarassu, mas também o privilégio injustificado de fazê-lo em horário diferenciado, mais extenso, e, portanto, posterior ao limite de funcionamento do fórum, trazendo para tanto a insustentável tese de que, por se encontrar em comarca diversa, “o que vale, neste caso, é o horário de funcionamento da agência dos correios”.

Observe-se que, no julgado trazido pela recorrente, na tentativa de ilustrar tal raciocínio, o Relator Des. Eurico de Barros Correia Filho afirma que “Não deve ser tolerada, no entanto, a prática desvirtuada da norma, a possibilitar que o patrono (com escritório na mesma comarca do Fórum ou do Tribunal) interponha nos Correios recurso além do horário do expediente forense, caso em que a interpretação literal do dispositivo não prevalecerá ante ao espírito da norma, de facilitar a vida do profissional¹”.

Tal entendimento em momento algum sugere que o patrono que possuir escritório em comarca diversa daquela onde se encontra o Fórum ou o Tribunal pode gozar da prerrogativa de descumprir o horário de expediente forense, querendo, ao contrário, asseverar que tal possibilidade não existe de maneira alguma, e ainda menos quando se trata de causídico que possui escritório na mesma comarca.

Como se vê, diante da impugnação do *decisum*, a matéria foi satisfatoriamente apreciada e, uma vez que o presente recurso não apresentou qualquer elemento hábil a justificar o atendimento do pedido formulado, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso de agravo, mantendo incólume a decisão terminativa ora vergastada.

É como voto.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator

Recife, 08 de

10 de 2014.

¹ TJ-PE - AG: 225147420128170810 PE 0024078-93.2012.8.17.0000, Relator: Eurico de Barros Correia Filho, Data de Julgamento: 03/01/2013, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13.